

EDITORIAL - v.4, n.2

Revista Debate Econômico
Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria - Universidade Federal de Alfenas

A Revista Debate Econômico apresenta agora seu mais novo número em meio a uma instabilidade econômica, social e política sem precedentes na Nova República. Os desdobramentos da movimentação realizada contra o governo eleito em 2014 ainda estão em marcha e torna-se cada vez mais evidente a necessidade de se retomar a estabilidade político-social e o desenvolvimento econômico no país no período de tempo mais curto possível. São alarmantes o rápido retrocesso em termos de políticas sociais, o avanço do conservadorismo no campo dos costumes e a disfunção institucional, sempre presente em nossa história, sobretudo o mau funcionamento da justiça, mas agora talvez no maior nível de tensionamento desde a redemocratização.

O quadro de instabilidade é, entretanto, fértil para o debate dos problemas essenciais que assim aparecem com maior nitidez e também para a semeadura de novas ideias e práticas. Em linha com esse cenário, este número da revista apresenta trabalhos que debatem temas atuais e abordam questões estruturais da economia e da sociedade brasileiras merecedores de profunda atenção caso se queira refletir sobre a possibilidade de superação definitiva – e não paliativa – dos graves problemas que ora enfrentamos.

Começamos a seção de artigos com o trabalho “A armadilha da renda média: trajetória brasileira e apreciações críticas”, de Cláudia Maria Sonaglio, Fabrício José Missio e Hugo Carcanholo Iasco Pereira. Para investigar a armadilha da renda média, os autores fazem uma breve, mas competente e didática, revisão da literatura sobre o conceito criado pelo Banco Mundial para ilustrar o caso de países que, como o Brasil, conseguem superar a condição de pobreza, mas ficam estagnados na faixa de renda média. Analisam, então, as duas abordagens teóricas predominantes na explicação do fenômeno: a (neo)institucionalista e a (neo)estruturalista. São diferentes diagnósticos e propostas de solução para o problema. Se a primeira localiza sua causa na ausência de um crescimento econômico sustentado, a segunda aponta para a carência de produção de bens intensivos em tecnologia.

Para superar a armadilha, os (neo)institucionalistas enfatizam então a necessidade de aprimoramento institucional e educacional como meio de tornar sustentado o crescimento econômico. Já os (neo)estruturalistas afirmam a necessidade de políticas

ativas de fomento à produção industrial em especial, qualificação profissional e inserção nas chamadas cadeias produtivas globais. Os autores argumentam que essas abordagens são insuficientes para lidar com os problemas característicos de países de renda média, embora os apontem corretamente. Seria preciso, em sua visão, uma abordagem capaz de explicitar, de maneira clara e densa, a conexão entre os argumentos apresentados pelas abordagens predominantes e integrá-los numa explicação mais completa do fenômeno. A necessidade dessa síntese teórica seria de fundamental importância, uma vez que as políticas implementadas para tentar reverter a armadilha da renda média são, geralmente, baseadas em alguma das abordagens questionadas. Os autores advertem, no entanto, que não se trata de buscar uma abordagem absolutista capaz de resolver o problema em diferentes países que o enfrentam, pois encaram o desenvolvimento multifacetado, desordenado e incerto. Esse seria o ingrediente especial para se produzir uma síntese teórica ao mesmo tempo robusta e flexível capaz de orientar políticas diversas e adequadas a realidades distintas.

A questão da importância da indústria para o desenvolvimento também perpassa o artigo de Luciana Rosa Souza e André Luiz Machado dos Santos, "Atualidade do pensamento de Prebisch: ciclos econômicos, desindustrialização e o caso brasileiro (2002-2014)". Ao tratar desse tema, penetram num ponto importante do debate atual: a economia brasileira passa ou não por um processo de desindustrialização?

Os autores resgatam o pensamento do economista argentino Raúl Prebisch, um dos fundadores da Cepal, para analisar o ciclo de crescimento econômico brasileiro entre 2002 e 2014 liderado, basicamente, pelo aumento do preço dos produtos agrícolas exportáveis. Tendo como pano de fundo a relação entre industrialização e desenvolvimento elaborada na teoria cepalina, os autores concluem que o ciclo ascendente do preço das *commodities* no período da análise aprofundou o processo de desindustrialização da economia brasileira.

Passamos, então, do plano nacional para o regional com o artigo de Leandro Batista Duarte sobre a especialização e competitividade do comércio exterior da Bahia. O autor, em sua análise, lançou mão de uma metodologia diversificada por meio do cálculo de diversos índices, a fim de visualizar a dinâmica do setor entre 2005 e 2016. Os resultados obtidos pelo autor foram capazes de apontar os setores de madeira, papel e têxtil como aqueles nos quais os baianos têm maior vantagem comparativa. Além disso, indicou uma pauta exportadora diversificada em que os bens industriais produzidos no estado são absorvidos predominantemente por outras indústrias. Nesse aspecto, vale

destacar a importância do polo petroquímico de Camaçari, idealizado por Rômulo Almeida, e a presença da China como principal parceiro comercial da Bahia.

Os dois trabalhos que fecham a seção de artigos trazem perspectivas do avanço e do retrocesso social brasileiro nos campos da educação e da tributação. A política de ajuste e austeridade fiscal, implementada no Brasil notadamente a partir de 2014 e vendida como solução para os problemas econômicos do país, colocou em xeque o vigoroso processo de expansão e interiorização do ensino superior público experimentado até então. Além de frear o processo, no contexto de redução forçada do gasto público, estão sendo debatidas novas formas de financiamento do ensino superior, entre elas a cobrança de mensalidades.

Wolfgang Lenk e Fernando Batista Pereira mergulham nesse debate e avaliam criticamente as premissas e os resultados da proposta de cobrar pelo ensino superior público. Os autores, embasados em dados do IBGE e da Andifes (Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior), e em estatísticas da educação superior em outros países, chegam a conclusões que contradizem o senso comum muitas vezes presente no debate. Por exemplo, a ideia de que a universidade pública e gratuita serve aos filhos das famílias mais ricas enquanto os pobres têm que pagar pelo ensino privado é repetida à exaustão e pode até ter sido verificada antes do processo de expansão e interiorização das universidades públicas. Entretanto, como mostram Lenk e Pereira, atualmente os estudantes das universidades privadas são, em média, mais ricos que os das universidades públicas, cujo perfil socioeconômico se aproximou ao da sociedade brasileira como um todo. Além disso, ao contrário do que se supõe, a cobrança de mensalidades estaria longe de resolver o problema do financiamento universidades públicas.

Finalmente, Celina Leão Gontijo e Lincoln Frias analisam “As deficiências do Imposto Territorial Rural (ITR)”. Depois de avaliar o desastroso sistema tributário brasileiro, burocrático e iníquo, os autores tratam especificamente do ITR e apresentam detalhes de sua legislação e gestão. Apontam que a falta de dados confiáveis, o uso da autodeclaração e a defasagem dos parâmetros fazem com que a arrecadação desse imposto fique muito abaixo da capacidade de contribuição tributária dos proprietários de terra. Por meio de acurada análise da legislação e dos dados, concluem que o ITR não cumpre seu objetivo fiscal, nem suas funções extrafiscais, como o estímulo ao desenvolvimento econômico e a defesa da função social da propriedade.

A seção de resenhas traz o interessante e polêmico artigo publicado em 2016 por economistas do FMI em que fazem uma advertência quanto aos efeitos deletérios das

políticas de austeridade, recomendadas pelo próprio Fundo, sobre a concentração de renda e o crescimento econômico. Bernardo Miranda sintetiza o texto.

Para fechar o número, a seção de traduções apresenta mais um texto clássico de Henri Pirenne, "O método comparativo em História", discurso de abertura do V Congresso Internacional de Ciências históricas, realizado em Bruxelas, em 1923, e publicado nos anais do evento. A cuidadosa tradução foi feita por Roberto Pereira Silva. Convidamos mais uma vez os leitores a sugerirem textos interessantes para serem traduzidos nos próximos números.

Agradecemos aos autores e avaliadores que colaboraram com este número. Lembramos aos leitores que a submissão de artigos para a Revista se dá em fluxo contínuo. Visite sua página na internet para mais informações: [Revista Debate Econômico](#).

Desejamos a todos uma boa leitura!

Equipe editorial